



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE ERECHIM EM 30.06.2015

Aos 30 dias do mês de junho de 2015, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Erechim a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0002821-19.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular Luís Antônio Mecca, pelo Diretor de Secretaria Itacir José Miozzo e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 07.12.2005

Data da última correição realizada: 19.08.2014

Data de Instalação do PJe: 13.11.2012

Jurisdição: Barra do Rio Azul, Barão de Cotegipe, Benjamin Constant do Sul, Birigui, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Severiano de Almeida, São Valentim, Três Arroios, Viadutos, Áurea

1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2014 a 30.06.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Luís Antônio Mecca	Juiz Titular	Desde 07.12.2005

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 02.06.2015)



2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Erechim pertence à 66ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a 1ª e 3ª Varas do Trabalho da Comarca, as Varas do Trabalho de Passo Fundo (1ª a 4ª) e o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau. Essa circunscrição é compreendida por 4 vagas de zoneamento de Juiz Substituto, ocupadas pelos magistrados **Paula Silva Rovani Weiler**, **Evandro Luís Urnau**, **Nelsilene Leão de Carvalho Dupin** e **Táise Sanchi Ferrão**, sendo que um dos magistrados atua no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau.

2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correccionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	Luís Antônio Mecca	Juiz Titular desde 07.12.2005		
1	André Sessim Parisenti	07 a 21.01.2014	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão das férias do Juiz Titular	15 dias
2	Bernardo Guimarães Fernandes da Rocha	22.01 a 05.02.2014	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão das férias do Juiz Titular	14 dias
3	Evandro Luís Urnau	04 e 05.06.2014	Atuou em razão da Licença para Tratamento de Saúde (LTS) do Juiz Titular	2 dias
4	Gabriela Lenz de Lacerda	09 a 13.06.2014	Atuou em razão da Licença para Tratamento de Saúde (LTS) do Juiz Titular	5 dias
		17.07 a 13.08.2014	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão das férias do Juiz Titular (sem pauta)	27 dias
5	Sheila Spode	14 e 15.08.2014	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão das férias do Juiz Titular (sem pauta)	2 dias
6	Deise Anne Herold (Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Erechim)	09.02 a 10.03.2015	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão das férias do Juiz Titular (sem pauta)	32 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 02.06.2015)

2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correccionado

Juiz	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Luís Antônio Mecca	Férias	07.01 a 05.02.2014 17.07 a 15.08.2014 09.02 a 10.03.2015	90 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	04 e 05.06.2014 09 a 13.06.2014	7 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 02.06.2015)



2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Itacir José Miozzo	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretor de Secretaria (CJ3)	07.12.2005
2	Luan Marcel Bernieri	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	19.03.2013
3	Taiguer Lúcia Duarte	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	16.04.2012
4	Cida Isabel Ângela Miozzo	Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Operação Computadores	Secretária de Audiência (FC03)	12.07.2013*
5	Nelson da Silva Florão Júnior	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	01.02.2006
6	Paulo Ricardo Duarte	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	07.01.2008
7	Eodilva Brezolin	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	24.01.2014
8	Alberto da Silva Medeiros Kruchins	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	07.12.2005

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.05.2015)

* A servidora Cida Isabel Ângela Miozzo registra lotação anterior na Unidade Judiciária, de 08.01.2007 a 18.03.2013.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média das Unidades nos anos de 2012 a 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
725 processos	501 a 750	8 servidores	7 a 8 servidores



Segundo normatização do CSJT, para estabelecer o número adequado de servidores na Unidade é necessário obter a média de movimentação processual nos últimos 3 anos. No entanto, em virtude da instalação da 3ª Vara do Trabalho no Foro de Erechim, em 13.11.2012, o cálculo da média de todas as Unidades da Comarca foi alterado.

No intuito de resolver a padronização de lotação das referidas Unidades, foi calculada uma projeção da média de movimentação processual de cada uma das Varas do Trabalho com base no número de processos ajuizados no ano de 2014. Assim, a média de processos recebidos nas Varas do Trabalho de Erechim foi de **725 processos**. Portanto, de acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Erechim está de acordo com o parâmetro previsto na referida norma.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Alberto da Silva Medeiros Kruchins	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	21	21
Cida Isabel Ângela Miozzo	Curso ou Evento	1	1
Eodilva Brezolin (desde 24.01.2014)*	Curso ou Evento	2	15
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
	Prazo para Deslocamento	10	
Itacir José Miozzo	Curso ou Evento	6	14
	Falecimento de Pessoa da Família	8	
Luan Marcel Bernieri	-	-	-
Nelson da Silva Florão Júnior	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	1
Paulo Ricardo Duarte	Doença em Pessoa da Família	3	5
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
Taiguer Lúcia Duarte	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.05.2015)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.



2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.05.2015, verificou-se que não houve movimentação de servidores na Unidade Judiciária durante o período correccionado.

2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Lara Giovanna de Lima Branco	Superior em Direito	02.02.2015 a 01.08.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.05.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação do Juiz Titular durante o Período Correccionado

Juiz	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Luís Antônio Mecca	-	-	5,5	5,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.06.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Alberto da Silva Medeiros Kruchins	-	8	51	59
Cida Isabel Ângela Miozzo	-	14	-	14
Eodilva Brezolin	-	28	135	163
Itacir José Miozzo*	-	10	35	45
Luan Marcel Bernieri	-	-	109,5	109,5
Nelson da Silva Florão Júnior	-	8	-	8
Paulo Ricardo Duarte	-	8	-	8
Taiguer Lúcia Duarte	-	8	-	8

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.05.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestor da Unidade Judiciária.



3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.04)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.180	1.210	2,54%	1.293	6,86%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	117	125	6,84%	112	-10,40%
Pendentes de finalização na fase de execução***	839	658	-21,57%	663	0,76%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	111	27	-75,68%	121	348,15%
Total	2.247	2.020	-10,10%	2.189	8,37%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

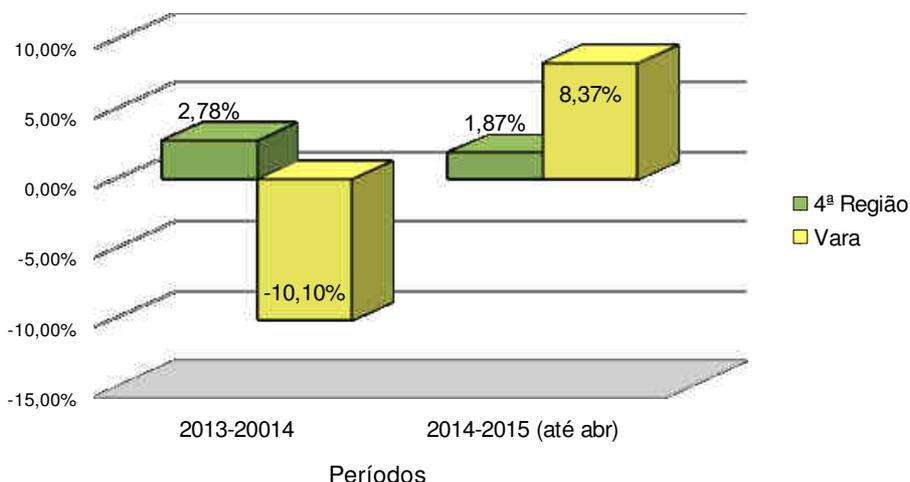
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve redução de 10,10% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, a execução foi a fase que mais contribuiu para a diminuição desse estoque (redução de 181 processos); por sua vez, o acervo de ações pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 30 processos, o que importa em um acréscimo de 2,54% no período sob análise.

A variação do acervo de processos na 2ª Vara do Trabalho de Erechim em 2014 destoava do resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 2,78% dos processos em tramitação. Todavia, no período de janeiro a abril de 2015 o estoque de processos tramitando avançou 8,37%, índice acima da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.04)	Variação 2014-2015
Casos novos	553	914	65,28%	291	-68,16%
Sentenças anuladas/reformadas	5	1	-80,00%	1	0,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	727	645	-11,28%	267	-58,60%
Processos pendentes de solução	439	674	53,53%	702	4,15%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

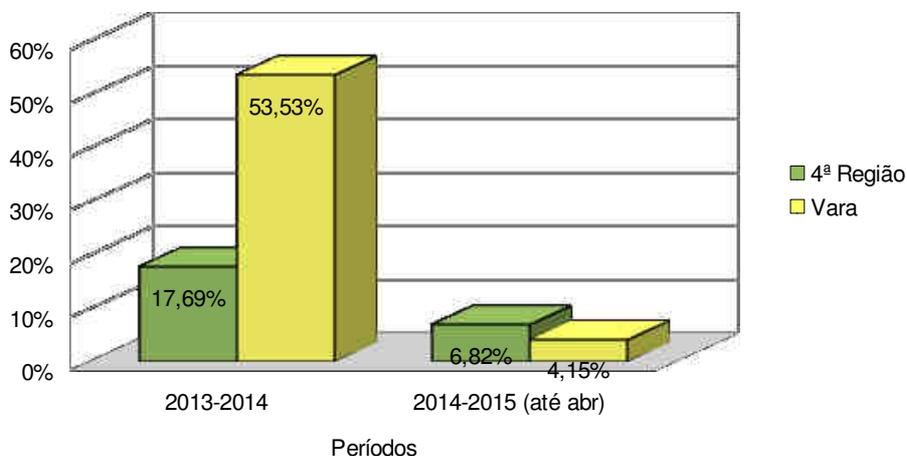
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 53,53% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 439 para 674 processos) – índice muito superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 65,28% na média mensal de casos novos (a qual passou de 46,50 processos, em 2013, para 76,25 processos, em 2014), combinada com um recuo de 11,28% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Outrossim, os dados dos quatro primeiros meses de 2015 apontam aumento de 4,15% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é inferior à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Varição percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontravam aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2014. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 30.04.2015, houve a redução de 60,90% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.04)	Varição 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	63	140	122,22%	195	39,29%
Aguardando encerramento da instrução	271	358	32,10%	404	12,85%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	37	43	16,22%	51	18,60%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	68	133	95,59%	52	-60,90%
TOTAL	439	674	53,53%	702	4,15%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

3.2.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.04)	Varição 2014-2015
Erechim – 2ª Vara	36,28%	52,36%	44,32%	72,36%	38,19%
Média no TRT4 - 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	71,69%	61,71%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]



A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 52,36% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 44,32% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 8,03 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 30.04)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	274	37,69	261	40,47	72	26,97
	Julgado procedente	28	3,85	13	2,02	2	0,75
	Julgado procedente em parte	297	40,85	260	40,31	138	51,69
	Julgado improcedente	50	6,88	58	8,99	14	5,24
	Extinto	6	0,83	5	0,78	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	28	3,85	14	2,17	26	9,74
	Arquivamento (art. 844 CLT)	32	4,4	22	3,41	5	1,87
	Desistência	8	1,1	12	1,86	10	3,75
	Outras decisões	4	0,55	0	0	0	0
TOTAL		727	100	645	100	267	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

Verificou-se diminuição de 82 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 11,28%. Essa queda foi superior à média em toda a 4ª Região que, em 2014, apresentou uma redução média de 2,67%.

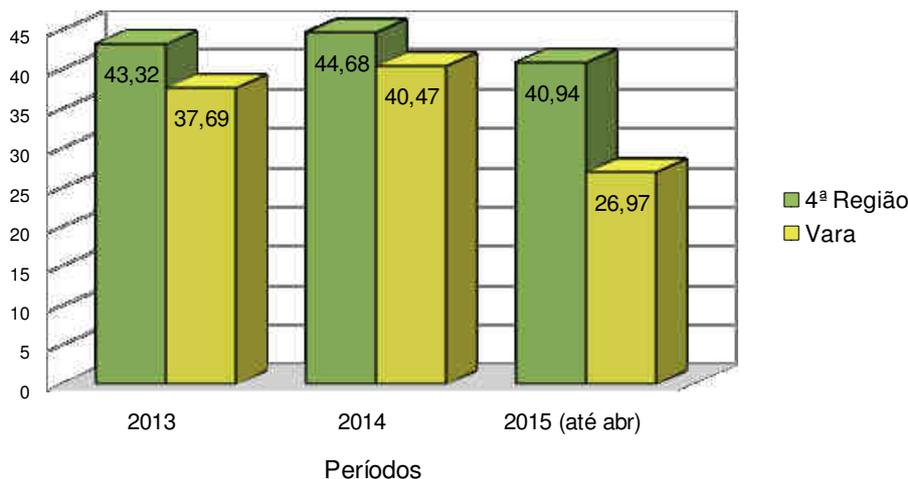
Dentre os tipos de solução, verificou-se queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 381 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2014, esse número alcançou 336 decisões, representando uma redução de 11,81%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

Por fim, a análise do quadro acima demonstra aumento do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 274, representando 37,69% dos processos solucionados. Já em 2014, o número total de



conciliações caiu para 261 – correspondendo, no entanto, a 40,47% das soluções na fase de conhecimento, índice ainda inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e abril do corrente ano, o número de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 26,97%, resultado muito abaixo da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.04)	Variação 2014-2015
Iniciadas	346	252	-27,17%	55	-78,17%
Encerradas	327	209	-36,09%	60	-71,29%
Pendentes	115	122	6,09%	105	-13,93%
Arquivo Provisório	0	1	-	1	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 115, em 2013, para 122, em 2014, importando em uma elevação de 6,09%. Esse percentual foi inferior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

Um dos principais motivos dessa elevação foi a redução de 36,09% no número de liquidações encerradas na Unidade na comparação entre esses dois períodos. Constata-se, nessa senda, que o número de liquidações iniciadas em 2014 superou em 20,57% o número de liquidações encerradas no respectivo período.

Nos quatro primeiros meses de 2015, houve recuo de 17 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde



a uma queda de 13,93%, resultado melhor do que a média de todo o TRT4 no período, que registrou queda de 1,80%.

3.3.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.04)	Variação 2014-2015
Erechim – 2ª Vara	26,85%	43,05%	60,37%	66,10%	53,54%
Média no TRT4 - 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	67,68%	53,28%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 43,05% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 60,37% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 1,11 ponto percentual.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.04)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	440	241	-45,23%	68	-71,78%
	Desarquivadas para prosseguimento	1	10	900,00%	1	-90,00%
Saídas	Encerradas	404	289	-28,47%	70	-75,78%
	Arquivadas Provisoriamente	0	110	-	11	-90,00%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	31	15	-51,61%	15	0,00%
	Demais	572	431	-24,65%	439	1,86%
	Total	603	446	-26,04%	454	1,79%
Saldo no arquivo Provisório		135	243	80,00%	253	4,12%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Erechim caiu de 603 para 446 processos, o que corresponde a um recuo de 26,04% em relação ao ano anterior. Esse índice foi muito superior ao resultado apresentado na 4ª Região no período em questão, o qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa redução foi a queda de 45,23% no número de execuções iniciadas na Unidade em relação ao ano anterior. Ademais, o número de execuções encerradas em 2014 foi 19,92% maior do que o número de execuções iniciadas no ano.



Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a abril de 2015 apontam pequeno aumento no estoque de processos pendentes na fase de execução (1,79%) – resultado um pouco superior à média regional no mesmo período, que avançou 0,86%.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.04)	Variação 2014-2015
Erechim – 2ª Vara	61,08%	65,76%	7,66%	86,38%	31,36%
Média no TRT4 - 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	88,43%	24,89%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 65,76% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 7,66% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 5,05 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.04)	Variação 2014-2015
Erechim – 2ª Vara	66,08%	70,48%	6,66%	90,75%	28,76%
Média no TRT4 - 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	93,53%	10,15%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 2ª Vara do Trabalho de Erechim na fase de execução, a qual passou a corresponder a 70,48% - 6,66% superior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade foi 14,43 pontos percentuais menor, o que denota uma efetividade na execução superior à média regional.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.04)	Variação 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	20	8	-60,00%	2	-75,00%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	112	24	-78,57%	9	-62,50%



Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	329	303	-7,90%	296	-2,31%
---	-----	-----	--------	-----	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Erechim, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.04.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **09 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	0195500-42.2009.5.04.0522
Situação processual: Em 21.02.2013, foi proferida sentença extinguindo a execução, em face do pagamento integral do débito. Em 07.05.2013, foi inserido no sistema informatizado o andamento de extinção da execução. Em 08.05.2013, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: Em 13.06.2012, as executadas Wyzykowski & Cia. Ltda.(1ª) e Pelegos Índio Guarani Ltda. (2ª) tiveram seus dados inseridos no BNDT com a situação <i>sem garantia total do juízo</i> . Em 08.05.2013, somente foi registrada a quitação do débito em relação à primeira.	
2	0045700-76.2005.5.04.0522
Situação processual: Em 28.11.2012, foi proferido despacho reconsiderando a decisão que aplicou multa ao reclamante e extinguindo-a, determinando ainda o arquivamento definitivo dos autos. Em 18.01.2013, foi inserido no sistema informatizado o andamento de extinção da execução. Em 21.01.2013, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: Em 15.09.2011, o reclamante Jaime Luís Lago Júnior teve seus dados inseridos nos BNDT com a situação <i>sem garantia total do juízo</i> .	
3	0000694-70.2010.5.04.0522
Situação processual: Em 24.02.2012, o reclamante peticionou informando o recebimento integral dos valores acordados. Em 06.03.2012, foi proferida sentença extinguindo a execução. Em 12.04.2012, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: Em 15.09.2011, as executadas Empresa Jornalística R. C. Publicidade Ltda (Voz Regional) (1ª) e Geder Carraro Junior - ME (3ª) tiveram seus dados inseridos no BNDT com a situação <i>sem garantia total do juízo</i> .	



4

0021600-57.2005.5.04.0522, 0051500-80.2008.5.04.0522,

Reclamatórias com situação processual similar à de nº 0195500-42.2009.5.04.0522

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

Além dos processos supralistados, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de suas execuções terem sido extintas, os seguintes processos:

0076400-30.2008.5.04.0522	0000784-78.2010.5.04.0522	0081600-86.2006.5.04.0522
0087800-46.2005.5.04.0522	-	-

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

Incidentes processuais									
Incidente	2013			2014			2015 (até abril)		
	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes
Embargos de declaração	162	178	11	86	81	12	82	63	38
Antecipações de tutela	37	12	45	118	87	50	27	33	44
Impugnações à sentença de liquidação	21	17	6	8	8	7	5	3	6
Embargos à execução	64	47	20	31	27	21	35	12	44
Embargos à arrematação	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	1	0	1	1	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	1	1	3	2	2	3	1	0	4

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 247 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 13,33% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados também diminuiu 19,14% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 256 para 207). Em face desses números, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 93 processos, saldo 9,41% maior do que em 31.12.2013. Destaca-se ainda que, em 30.04.2015, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 36, saldo 46,24% superior ao do final do período anterior.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo:



1	0011000-06.2007.5.04.0522
Situação processual: Em 15.10.2008, a reclamada apresentou embargos de declaração. Em 16.10.2008, o reclamante também apresentou embargos de declaração. Em 31.10.2008, foi proferida decisão, publicada no sítio do TRT4, na qual foram acolhidos em parte os embargos do reclamante e não acolhendo os embargos da reclamada. No entanto, foi lançado no sistema informatizado somente a decisão dos embargos do reclamante, restando pendente a inclusão da decisão dos embargos de declaração da reclamada.	
2	0000146-74.2012.5.04.0522
Situação processual: Em 12.03.2012, foi protocolada petição pelo reclamante lançada no sistema informatizado como embargos de declaração. Em 27.03.2012, foi proferido despacho destacando equívoco da parte autora em sua manifestação. Até a presente data, não há no sistema informatizado lançamentos de conclusão e de decisão do referido incidente processual.	
3	0000102-26.2010.5.04.0522
Situação processual: Em 18.12.2013, a reclamada apresentou embargos à execução. Em 28.01.2014, foi proferido despacho que deixou de receber os embargos opostos, por intempestivos. No entanto, não foram lançados no sistema informatizado os andamentos de conclusão e da decisão no sistema informatizado.	
4	0000364-05.2012.5.04.0522
Situação processual: Em 11.12.2014, foi apresentada exceção de pré-executividade pela reclamada. Em 17.12.2014, foi proferido despacho determinando a intimação do reclamante para manifestar-se sobre a exceção apresentada. Em 05.02.2015, os autos foram conclusos para julgamento da exceção de pré-executividade. No entanto, em 06.04.2015, foi lançado no sistema informatizado o julgamento de embargos à execução procedentes . <u>Conforme verificado no próprio da inspeção, a correção no andamento já foi operada.</u>	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.04)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	105,11	105,73	0,59%	155,49	47,06%
	Ordinário	464,7	364,49	-21,56%	291,6	-20,00%
	Total	434,35	330,18	-23,98%	278,25	-15,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

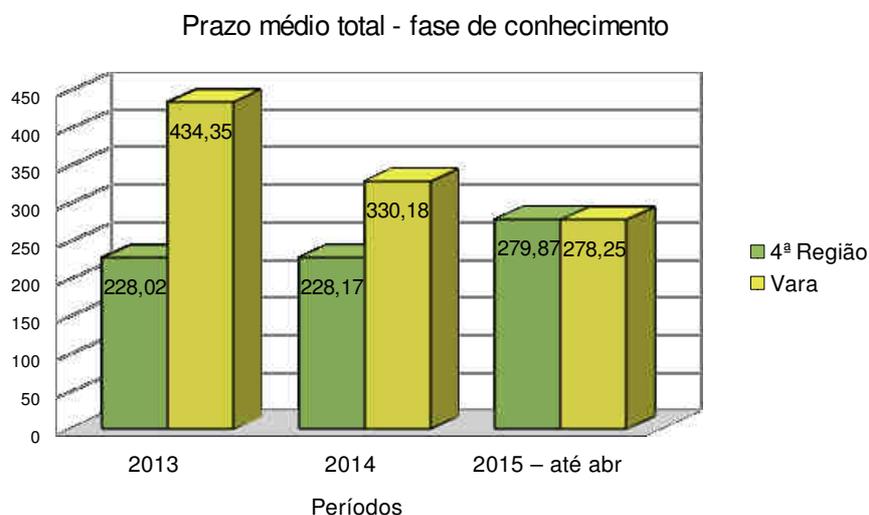
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença no rito sumaríssimo alcançou 105,73 dias, correspondendo a um pequeno avanço de 0,59% em relação à média do ano



anterior. Entretanto, nos quatro primeiros meses de 2015, o prazo nesse rito foi 47,06% mais moroso na comparação com o ano de 2014.

Por sua vez, o lapso de tramitação dos processos do rito ordinário em 2014 na fase de conhecimento foi de 364,49 dias, média 21,56% inferior na comparação com 2013. Em 2015, igualmente, o prazo médio recuou 20% na comparação com 2014.

Por fim, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 44,71% (102,01 dias) mais moroso que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, ao contrário do que se verifica em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 0,58% (1,62 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.04)	Varição 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	124,41	66,33	-46,68%	64,33	-3,02%
	Ordinário	112,74	140,38	24,52%	185,62	32,23%
	Total	113,35	139,26	22,86%	179,35	28,78%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 66,33 dias, o que equivale a uma redução de 46,68% em relação à média do ano anterior. Ademais, de janeiro a abril de 2015 o prazo médio no rito sumaríssimo foi de 64,33 dias, período 3,02% menor que em 2014.

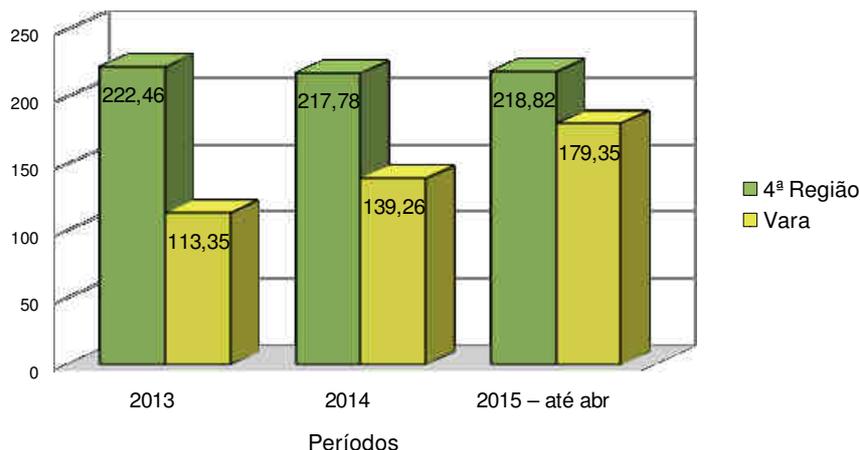
Por outro lado, no rito ordinário, o prazo médio na fase de liquidação alcançou 140,38 dias em 2014, média 24,52% maior que a de 2013. Da mesma forma, nos quatro primeiros meses de 2015, o lapso de tramitação do rito



ordinário avançou para 185,62 dias, que equivale a um aumento de 32,23%.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 36,05% (78,52 dias) mais célere do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014, situação que se repete em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 18,04% (39,47 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.04)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	358,50	389,39	8,62%	484,14	24,33%
	Ente público	1.048,63	600,89	-42,70%	909,80	51,41%
	Total	386,88	403,04	4,18%	514,54	27,67%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 358,50 dias, em 2013, para 389,39 dias, em 2014. Em 2015 (janeiro a abril), da mesma forma, a média aumentou para 484,14 dias, prazo 24,33% maior que a do período anterior.

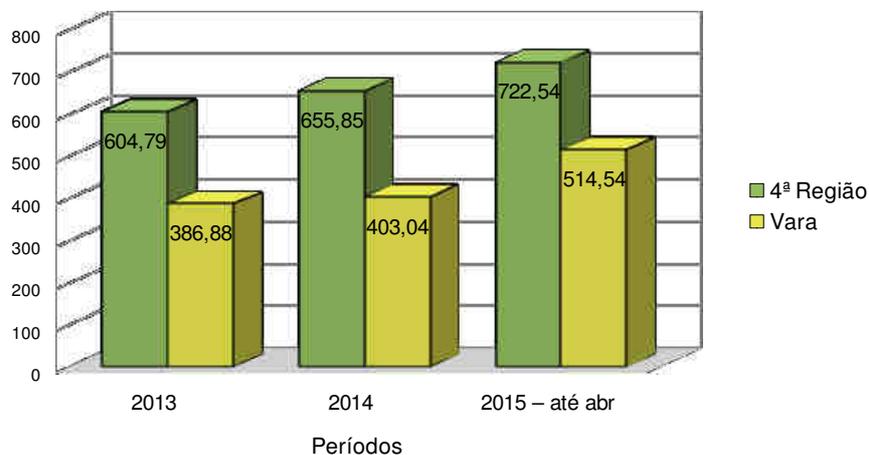
Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 1.048,63 dias, em 2013, para 600,89, em 2014. Todavia, nos primeiros quatro meses de 2015, o lapso de tramitação avançou para 909,80 dias, o que equivale a um aumento 51,41% na comparação com 2014.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 2ª Vara do Trabalho de Erechim foi 38,55% (252,81 dias) mais célere que a média da 4ª Região, desempenho que se repete



nesses quatro primeiros meses de 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 28,79% (208 dias) menor que a média regional.

Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.2 Meta 2 – 2010: *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.3 Meta 2 – 2012: *“Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
743	743	100,00%	Meta cumprida

5.1.4 Meta 2 – 2013: *“Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.*



META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
1.815	1.815	100,00%	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
914	645	70,57%	Meta não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.”

Questionário para cálculo da Meta				
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor 2011	Valor 2012
P2.1	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA , excluídos os suspensos até 31/12/2013 .	Única	2	537
P2.4	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0	11
P2.7	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que sairam da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0	0
P2.10	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2014.	Mensal	0	68
P2.13	Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2013	Única	2	461

*Percentual de cumprimento da meta= $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/K$, onde K=9 no período de referência até 31.12.2011 e K=8 no período de referência até 31.12.2012

META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado
111,10%	Meta cumprida*
META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado
120,70%	Meta cumprida*

*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%



5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	916
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	41
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	507
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	675
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	18
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	363
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	362
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	2
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	224
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	511
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	4
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	75



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	3
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	89
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	4

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
22,13	Meta cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
-8,80	Meta não cumprida

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.3 Metas do CNJ – Ano de 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 30.04.2015	Solucionados até 30.04.2015	%	Resultado parcial (até abril)
291	267	91,75%	Resultado parcial indicativo de não cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P2.1	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014.	Única	395



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

P2.4	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	5
P2.7	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0
P2.10	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015.	Mensal	40
P2.13	Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014	Única	315

*Percentual de cumprimento da meta= $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/9$

META 2/2015 CNJ – Julgamento dos processos ajuizados antes de 31.12.2013	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado parcial (até abril)
98,6%	Meta ainda não cumprida*

*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos - execução em 2015 (até 30.04)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 30.04)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até abril)
68	76	111,76%	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até abril)
0	Meta cumprida

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014		Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (30.04.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até abril)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	32	38	31	Resultado parcial indicativo de não cumprimento da meta
2º	Estado do Rio Grande do Sul	25	22	24	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	32	12	31	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	4	4	3	Resultado parcial indicativo de não cumprimento da meta
5º	União	29	13	28	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
6º	OI S.A.	20	23	19	Resultado parcial indicativo de não cumprimento da meta
7º	<u>Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)</u>	16	3	15	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	10	15	9	Resultado parcial indicativo de não cumprimento da meta
9º	Banco do Brasil S.A.	6	6	5	Resultado parcial indicativo de não cumprimento da meta
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	32	24	31	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.



META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 30.04)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até abril)
228,17	330,18	278,25	326,88	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 30.04)	Meta para 2015	Resultado parcial (até abril)
Total de acordos	274	261	267,5	72	271	Média parcial abaixo da necessária para cumprimento da meta
Média mensal de acordos	22,83	21,75	22,29	24	22,58	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas e quintas-feiras pela manhã e à tarde; e terças e quartas-feiras à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	16 (I)	-	-	5 (U) *	-
Tarde	4 (P)	4 (P) ou 5 (U)	4 (P)	4 (P)	-

(*) A pauta de sumaríssimos, às quintas-feiras pela manhã, é realizada quando nas terças-feiras à tarde realizaram-se pauta de prosseguimento de ordinários.

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências em 30.06.2015)

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução



6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	14.09.2015	21.09.2015
Una Sumaríssimo	01.09.2015	08.09.2015
Instrução	07.04.2016	07.04.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação da Secretário de Audiências em 30.06.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.04)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	59,07	57,17	-3,21%	78,68	37,63%
	Ordinário	74,79	58,86	-21,31%	94,60	60,73%
	Total	73,96	58,69	-20,66%	93,23	58,87%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio reduzido de 59,07 dias, em 2013, para 57,17 dias, em 2014 (queda de 3,21%). Todavia, nos primeiros quatro meses de 2015, o lapso de tramitação avançou para 78,68 dias, que equivale a um aumento de 37,63% na comparação com 2014.

Por sua vez, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 74,79 dias, em 2013, para 58,86 dias, em 2014 (queda de 21,31%), e elevação para 94,60 dias, em 2015 (aumento de 60,73%)

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2014				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Evandro Luís Urnau	27	5	0	0	32
Gabriela Lenz de Lacerda	16	13	4	0	33
Luís Antônio Mecca	687	467	84	3	1.241



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

(Juiz não informado)	3	2	0	0	5
Total	733	487	88	3	1.311
2015 (até 30.04)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Luís Antônio Mecca	114	78	10	0	202
Total	114	78	10	0	202

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Bernardo Guimarães Fernandes da Rocha	2	0	0	2	-	2
Evandro Luís Urnau	6	4	0	10	1	11
Gabriela Lenz de Lacerda	4	10	0	14	2	16
Luís Antônio Mecca	249	317	5	571	45	616
Total	261	331	5	597	48	645
2015 (até 30.04)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Deise Anne Herold	-	0	0	0	4	4
Luís Antônio Mecca	72	154	0	226	37	263
Total	72	154	0	226	41	267

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 30.04.2015)



6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Titular Luís Antônio Mecca		
0020186-09.2014.5.04.0522 (Mais antigo. Concluído em 07.10.2014: 8 meses e 24 dias)	0020436-42.2014.5.04.0522	0020081-32.2014.5.04.0522
0020461-55.2014.5.04.0522	0020463-25.2014.5.04.0522	0020464-10.2014.5.04.0522
0020570-06.2013.5.04.0522	0020470-17.2014.5.04.0522	0020471-02.2014.5.04.0522
0020472-84.2014.5.04.0522	0020474-54.2014.5.04.0522	0020476-24.2014.5.04.0522
0020479-76.2014.5.04.0522	0020227-73.2014.5.04.0522	0020233-80.2014.5.04.0522
0020400-97.2014.5.04.0522	0020480-61.2014.5.04.0522	0020481-46.2014.5.04.0522
0020704-96.2014.5.04.0522	0020705-81.2014.5.04.0522	0020482-31.2014.5.04.0522
0020485-83.2014.5.04.0522	0020486-68.2014.5.04.0522	0020491-90.2014.5.04.0522
0020495-30.2014.5.04.0522	0021015-87.2014.5.04.0522	0020714-43.2014.5.04.0522
0000020-58.2011.5.04.0522	0020971-68.2014.5.04.0522	0020545-56.2014.5.04.0522
0020060-56.2014.5.04.0522	0020490-08.2014.5.04.0522	0020271-92.2014.5.04.0522
0020371-81.2013.5.04.0522	0020460-07.2013.5.04.0522	0020499-67.2014.5.04.0522
0020502-22.2014.5.04.0522	0020509-14.2014.5.04.0522	0020513-51.2014.5.04.0522
0020523-95.2014.5.04.0522	0020543-86.2014.5.04.0522	0020550-78.2014.5.04.0522
0020621-80.2014.5.04.0522	0020627-87.2014.5.04.0522	0020725-72.2014.5.04.0522
0020729-12.2014.5.04.0522	-	-
Total: 46 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 09.07.2015, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 30.06.2015. 50 dias anteriores à data da correição: 10.05.2015)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

O Diretor de Secretaria salientou que os processos com prazos urgentes (aí incluídos aqueles com valores a liberar) são controlados diariamente, sendo, inclusive, guardados separadamente dos demais.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Cumprimento em 05 dias.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Cumprimento em 20 dias.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Cumprimento em 48 horas.



7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

As petições são juntadas na data da protocolização.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Análise do protocolo em 48 horas.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Cumprimento da tarefa em 10 dias.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada duas vezes na semana.

7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Não havia pendências na data da visita correcional.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000312-77.2010.5.04.0522	21.01.2015	4 meses e 21 dias
2	0000914-68.2010.5.04.0522	16.03.2015	2 meses e 26 dias
3	0000473-87.2010.5.04.0522	31.03.2015	2 meses e 11 dias
4	0000827-15.2010.5.04.0522	20.04.2015	1 mês e 22 dias
5	0117600-51.2007.5.04.0522	04.05.2015	1 mês e 8 dias
6	0000916-04.2011.5.04.0522	11.05.2015	1 mês
7	0000050-93.2011.5.04.0522	13.05.2015	29 dias
8	0000656-87.2012.5.04.0522	15.05.2015	27 dias
9	0074500-46.2007.5.04.0522	18.05.2015	24 dias
10	0000915-19.2011.5.04.0522	27.05.2015	15 dias
11	0000682-85.2012.5.04.0522	29.05.2015	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.06.2015)



7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
-	0000445-85.2011.5.04.0522*	20.04.2015	-
-	0000930-51.2012.5.04.0522*	18.05.2014	-
-	0000489-07.2011.5.04.0522*	18.05.2015	-

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.06.2015)

* Nos 3 processos acima listados houve dilação de prazo aos peritos, ainda não excedidos há mais de 10 dias.

7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	522-00147/14	0000718-98.2010.5.04.0522*	27.08.2014	9 meses e 15 dias
2	522-00041/15	0000755-57.2012.5.04.0522	20.05.2015	22 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.06.2015)

* Processo remetido ao Tribunal para expedição de precatórios em 12.05.2015, sem baixa da carga do mandado no sistema inFOR.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 11.06.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **141 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000364-05.2012.5.04.0522
Aspectos gerais dos autos*: Ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 377; ausência de identificação do servidor responsável quando da devolução dos autos às fls. 438, 443 e 471. Movimentação processual: Conforme andamentos do Infor, o prazo das notificações das fls. 478-480 expirou em 22.04.2015 e a certificação de decurso de prazo foi efetuada em 11.05.2015 (fl. 480/verso). <u>Como verificado no momento da correição, a correção do andamento foi já realizada em 10.06.2015.</u>	
2	0000044-52.2012.5.04.0522
Aspectos gerais dos autos*: Não foi observada a correta autuação do segundo volume dos autos, no que se refere a cor da capa; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos às fls. 219 e 229; a certidão da fl. 242 não respeita a ordem cronológica dos atos processuais, considerando a data do despacho da fl. 243; termos de juntada no verso da fl. 219, verso da fl. 225 e verso da fl. 229, com espaços em branco.	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Movimentação processual: Conforme andamentos do Infor, o mandado da fl. 233 foi expedido em 27.05.2014 e encaminhado à Central de Mandados em 17.06.2014, 21 dias após; o prazo da notificação da fl. 265 expirou em 02.02.2015 e o impulso processual ocorreu em 20.03.2015 (fl. 266).

3

0000621-30.2012.5.04.0522

Aspectos gerais dos autos*: Termo de juntada lavrado sobre o expediente da fl. 210/verso.
Movimentação processual: Nada a apontar.

4

0033900-17.2006.5.04.0522

Aspectos gerais dos autos*: Ausência de identificação do servidor responsável, quando da devolução dos autos à fl. 70.

Movimentação processual: Os autos não foram movimentados de 09.10.2014 (data da devolução em Secretaria, fl. 70) a 21.01.2015 (despacho da fl. 72); cumprimento do despacho da fl. 72 em 29 dias.

5

0000925-29.2012.5.04.0522

Aspectos gerais dos autos*: Termo de juntada no verso da fl. 222/carmim, com espaços em branco; ausência de identificação do servidor responsável, quando da devolução dos autos às fls. 224/carmim e 227/carmim.

Movimentação processual: Até a remessa dos autos à Corregedoria, em 19.05.2015, não foi cumprido o despacho da fl. 252 (de 25.02.2015).

6

0000041-97.2012.5.04.0522

Aspectos gerais dos autos*: Ausência de identificação do servidor responsável quando da devolução dos autos à fl. 298/carmim; termo de juntada no verso da fl. 298/carmim, com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 302/ carmim, à fl. 317/carmim; não foi lavrado termo para juntada da devolução postal da fl. 321/carmim; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 324/ carmim.

Movimentação processual: Cumprimento do despacho da fl. 294/carmim, em 09 dias (considerando a data da assinatura digital pelo Magistrado); o prazo da notificação da fl. 327, carmim, conforme andamentos do Infor, expirou em 27.03.2015 e o impulso processual ocorreu em 10.04.2015 (fl. 328/carmim); o prazo da notificação da fl. 331/carmim, expirou em 04.05.2015.

7

0000375-34.2012.5.04.0522

Aspectos gerais dos autos*: Termo de juntada no verso da fl. 395 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 401; termo de juntada no verso da fl. 403 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 469, fl. 471, fl. 476, fl. 483/carmim, fl. 502/carmim e fl. 516/carmim.

Movimentação processual: O prazo da notificação da fl. 398 expirou em 17.03.2014 e o impulso processual ocorreu 49 dias após (despacho da fl. 399); cumprimento do despacho da fl. 399 em 09 dias (considerando a data da assinatura digital do despacho, pelo Magistrado); o procurador da União não foi notificado da decisão das fls. 519-520/carmim.

8

0189100-12.2009.5.04.0522

Aspectos gerais dos autos: Termo de juntada no verso da fl. 217/carmim, com espaços em branco; não foi lançada a data da devolução da fl. 222/carmim, nem a rubrica e identificação do servidor responsável.

Movimentação processual: Não houve movimentação processual de 06.02.2015 (despacho



da fl. 225/carmim) a 14.05.2015 (certidão da fl. 226).

9

0000209-02.2012.5.04.0522

Aspectos gerais dos autos*: Ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 396, fl. 410, fl. 417, fl. 432 e fl. 439; os termos de encerramento (fl. 413) e de abertura (fl. 414) não respeitaram a ordem cronológica dos atos processuais, considerando a data do despacho da fl. 415.

Movimentação processual: Da ciência do Procurador Federal, à fl. 394/verso, ao despacho da fl. 395, decorreram 22 dias; cumprimento do despacho da fl. 434 em 10 dias; o prazo do edital da fl. 435 expirou em 20.02.2015, conforme certidão da fl. 436, e o impulso processual ocorreu em 06.03.2015.

10

0000671-90.2011.5.04.0522

Aspectos gerais dos autos*: Ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 391; termo de juntada no verso da fl. 391 com espaços em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 396.

Movimentação processual: Petição da fl. 392 apreciada em 08 dias; cumprimento do despacho da fl. 408 em 11 dias; o prazo da notificação da fl. 409 expirou em 28.11.2014 e o impulso processual ocorreu em 08.01.2015, quando do retorno do Recurso de Revista.

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **141 processos** sem movimentação. Excetuados aqueles que estão em situação regular (aguardam cumprimento de acordo; julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista; pagamento de precatório; andamento de outros processos, estão com prazo em andamento ou sendo movimentados pela Secretaria), verificou-se alguns processos **aguardando arquivamento** (por exemplo, os nº 0084700-83.2005.5.04.0522, nº 0000830-33.2011.5.04.0522 e nº 0000404-84.2012.5.04.0522) ou **impulso processual** e/ou **atualização dos registros de andamento** (por exemplo, os nº 0103100-48.2005.5.04.0522, nº 0000146-74.2012.5.04.0522, nº 0000320-83.2012.5.04.0522, nº 0000425-31.2010.5.04.0522, nº 0000024-61.2012.5.04.0522 e nº 0000873-04.2010.5.04.0522).

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma



vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJE na Unidade Judiciária ocorreu em 13.11.2012.

Para efeito correcional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 22.06.2015 e 29.06.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	05	04 processos de 26.06.2015	26.06.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	01	-	30.06.2015
C/petições não apreciadas	-	81	28 processos de 26.06.2015	26.06.2015
c/habilitações não lidas	-	-	-	30.06.2015
Mandados devolvidos OJ	-	01	-	30.06.2015
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando ciência decisão- ConPra	-	25	02 processos de 02.06.2015	02.06.2015
Aguardando ciência	-	20	02 processos de 09.06.2015	09.06.2015
Aguardando cumprimento prov	Por assunto (Ex.: Brendler, C otrigo, Expedir Rhp etc.) e Prazo	97	06 processos na subpasta 'prazo 12.6' e 20316.33.2013 na subpasta 'expedir RHP, em 17.02.2014 (*)	12.06.2015



Aguardando cumprimento exec.	Por assunto e prazo	13	02 processos de 12.06.2015	12.06.2015
Aguardando cumprimento liq.	Por assunto e prazo	08	20060.90.2013 na subpastas 'prazo vencido contador'	26.05.2015
Aguardando Prazo ED	-	08	20321-21.2014	18.05.2015
Aguardando término dos prazos	-	180	20477.43.2013	05.08.2014
Apreciar urgentes	-	-	-	30.06.2015
Prazos vencidos	-	20	16 processos de 26.06.2015	26.06.2015
Triagem inicial	-	10	20467.28.2015 (sumaríssimo)	27.06.2015

(*) Processo não foi movimentado por lapso, segundo o Diretor de Secretaria.
(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente. As audiências iniciais são designadas automaticamente, exceto nos processos de rito sumaríssimo. Observou-se que, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01, de 30.01.2014, da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Constatou-se que há bom gerenciamento, verificação periódica das tarefas e controle da movimentação processual pela Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se ao Diretor de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Assim como constatado em relação a 1ª Vara do Trabalho de Erechim, deve ser esclarecido que o significativo aumento de casos novos em 2014 deve ser visto com reserva porque não reflete puramente o aumento da movimentação processual; em realidade, esse aumento é efeito da criação da 3ª Vara do Trabalho no Foro de Erechim em 13.11.2012. Conforme informado pelos gestores das unidades, naquele momento foi represada a distribuição de ações novas para as 1ª e 2ª Varas por cerca de 03 ou 04 meses, até o primeiro trimestre de 2013; após a distribuição foi retomada de forma regular e houve a redistribuição de processos nas fases de liquidação e execução das varas preexistentes para 3ª Vara.

A 2ª Vara do Trabalho de Erechim, apesar de ter apresentado significativa melhora em relação ao ano de 2013 quanto ao lapso médio de



tramitação na fase de conhecimento, ainda apresenta prazo médio acima da média regional na fase. A propósito, o Juiz Titular Luís Antônio Mecca ponderou e demonstrou à Corregedora, por amostragem, o grau de complexidade dos pedidos que usualmente compõem as ações propostas no Foro Trabalhista de Erechim, tendo sido possível verificar-se o extenso rol de postulações e, entre eles, aqueles relativos às indenizações fundadas na ocorrência de acidente de trabalho e/ou doenças profissionais. Como também acrescido pelo Diretor de Secretaria Itacir José Miozzo, a região caracteriza-se pela concentração de empresas frigoríficas e metalúrgicas. Nas fases de liquidação e execução, destacam-se prazos céleres e abaixo da média regional. Constatou-se que a Vara já adota prática recomendável na fase de liquidação de propiciar às partes, inicialmente, em curto prazo, que manifestem interesse na apresentação da conta para, em seguida, deferir-se o prazo para aquela parte que manifestar o interesse. A análise dos processos físicos revelou apenas certa demora na tramitação processual, pontualmente relacionada ao início ou término dos períodos de férias no verão, o que é compreensível diante do enxuto quadro de pessoal da unidade. A despeito de a Corregedora compreender as dificuldades com a gestão de um número reduzido de servidores com que conta a unidade, em razão da sua movimentação processual, não deixou de constatar que a Vara conta com o auxílio do servidor Antoninho Mumbach Preussler, originariamente lotado na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro. Embora admissível a alocação informal do servidor em outra unidade, a Corregedora asseverou ao Juiz Titular e também Diretor do Foro que a situação não deverá persistir.

O Juiz Titular Luís Antônio Mecca esteve presente e mostrou-se cooperativo e comprometido com a jurisdição e o funcionamento da unidade.

Ao final, a Corregedora possibilitou a todos os servidores que se manifestassem, não tendo havido manifestação e, em seguida, parabenizou a todos na Unidade pelo excelente andamento dos serviços e comprometimento.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, situação que se repete nesses primeiros quatro meses de 2015.

ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de



simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos 0195500-42.2009.5.04.0522, nº 0045700-76.2005.5.04.0522, nº 0000694-70.2010.5.04.0522, nº 0021600-57.2005.5.04.0522 e nº 0051500-80.2008.5.04.0522**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) em relação aos processos nº 0076400-30.2008.5.04.0522, nº 0000784-78.2010.5.04.0522, nº 0081600-86.2006.5.04.0522 e nº 0087800-46.2005.5.04.0522, verifique os motivos pelos quais os executados permanecem com pendência junto ao BNDT, apesar da inclusão de andamento de encerramento da execução;

d) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) lance o andamento informatizado, com data retroativa, relativo ao não acolhimento dos embargos de declaração apresentada pela reclamada no processo nº 0011000-06.2007.5.04.0522;

b) verifique se a petição protocolada em 12.03.2012 no processo nº 0000146-74.2012.5.04.0522 realmente se trata de embargos de declaração. Não se



confirmando isso, determina-se a exclusão do andamento no sistema informatizado e substituindo-se pelo que melhor se adapte à manifestação. Caso contrário, a Secretaria deverá verificar se as razões dos embargos não foram apreciadas no despacho proferido em 27.03.2012, caso em que deverão ser lançados os andamentos de conclusão e de decisão da impugnação a sentença de liquidação com data retroativa. Finalmente, não confirmada nenhuma das hipóteses anteriores, os autos deverão ir conclusos ao juiz para apreciação dos embargos de declaração apresentados;

- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução apresentados pela reclamada no processo nº 0000102-26.2010.5.04.0522;
- d) em face do claro equívoco no lançamento de decisão de embargos à execução no processo nº 0000364-05.2012.5.04.0522, determina-se a sua substituição pela decisão de acolhimento da exceção de pré-executividade.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.3.2 (Meta CNJ 2/2015)

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, 05 processos dentre aqueles distribuídos até 31.12.2013 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

Para tanto, sugere-se que a Unidade consulte o relatório “**A.1.3.2 – Pendentes de Solução por Ano do Processo**” disponível no sistema e-Gestão através do caminho *e-Gestão* → *1ª Instância* → *3-Relatórios Gerenciais* → *A-Das Varas do Trabalho* → *1-Conhecimento* → *3-Pendentes de Solução*. Tão logo se visualize o relatório, deve-se filtrar os resultados específicos da Unidade através do campo “Município-Vara (Todos os Valores)▼”, não somente na aba “1.Resumo por Ano do Processo”, mas também na aba “Lista de Processos”.

ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que o Juiz Titular **Luís Antônio Mecca** profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.



ITEM 7.10.1 - ADVOGADOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a redução do lapso para cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.1 deste relatório correcional, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) respeite, rigorosamente, a ordem cronológica dos atos processuais, evitando situações como a verificada nos processos nº 0000044-52.2012.5.04.0522 e nº 0000209-02.2012.5.04.0522, analisados no item 8.1;
- e) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições, inclusive devoluções postais e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- f) observe o procedimento correto para abertura de volumes nos processos que retornam da instância superior, conforme previsão do art. 73, § 1º da CPCR;
- g) evite situações como a verificada no processo nº 0000621-30.2012.5.04.0522, analisado no item 8.1, considerando que é vedado o lançamento de termos ou quaisquer registros no verso de documentos juntados aos autos, conforme art. 69 da CPCR;



h) movimente os processos nº 0000925-29.2012.5.04.0522 e nº 0000041-97.2012.5.04.0522, analisados no item 8.1.

8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, a listagem dos **141 processos parados** há mais de 30 dias no Sistema Infor (excetuados aqueles que estão em situação regular), principalmente arquivando os autos, dando impulso processual à tramitação e atualizando todos os andamentos irregulares, bem como a redução do lapso para tal fim, **nos processos exemplificados no item 8.2 deste Relatório Correccional e em todos que estejam em situação similar.**

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular, o Diretor de Secretaria e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Erechim, das 16h às 17h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceu o Presidente da Subseção da OAB local, o advogado Alessandro Bonatto, que reforçou o pedido de designação de um Juiz Substituto efetivo para o Foro Trabalhista de Erechim; além disso, elogiou os Juízes Titulares atuantes no Foro e os servidores de todas as Varas em relação ao atendimento e relacionamento dispensado aos procuradores e partes em geral.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Luís Antônio Mecca, pelo Diretor de Secretaria Itacir José Miozzo e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correccional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck
Corregedora Regional